

REVISTA DE
HISTÓRIA
DAS IDEIAS



FRONTEIRAS

VOLUME 35. 2.^a SÉRIE - 2017

IMPRESA DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA

**O REVERSO DA MEMÓRIA E O EFEITO MULTIESCALAR
DA FRONTEIRA: RECONFIGURAÇÕES CULTURAIS ENTRE
PORTUGAL E BRASIL (1888-1934)**
**THE REVERSE OF MEMORY AND THE MULTISCALE EFFECT
OF THE FRONTIER. CULTURAL RECONFIGURATIONS
BETWEEN PORTUGAL AND BRAZIL (1888-1934)**

MARÇAL DE MENEZES PAREDES
marcal.paredes@pucrs.br
Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (Brasil)
ORCID: 0000-0002-9692-5037

MATEUS SILVA SKOLAUDE
mateusskolaude@yahoo.com.br
Educar-se/Universidade de Santa Cruz do Sul (Brasil)
ORCID: 0000-0002-8719-9440

Texto recebido em / Text submitted on: 28/03/2017

Texto aprovado em / Text approved on: 26/06/2017

Resumo:

Este artigo analisa os jogos de memórias e expectativas observados entre intelectuais e portugueses e brasileiros que manifestaram apreensões relativas a uma putativa ligação luso-brasileira. Nossas reflexões situam-se em dois momentos históricos precisos: a proclamação da República no Brasil (1889) e a realização da 1ª Exposição Colonial do Porto (1934). Para além da importância dos eventos em si, interessa-se pela dimensão da crispação de memórias

projetivas sobre uma pretensa marca da lusitanidade na América e na África. Nos dois momentos destaca-se a questão da unidade territorial relacionada às hermenêuticas identitárias. O temor da perda de unidade em escala americana, no final do XIX, ou em seus desdobramentos em escala africana, no século XX, buliam na compreensão sobre dada «lusitanidade». A fronteira, como conceito, revela-se um mecanismo de aglutinação de expectativas que interpela diferentes dimensões escalares de referência (Europa, América e África), sendo elemento constituidor do preenchimento contextual e discursivo das identidades nacionais.

Palavras-chave:

Relações Luso-Brasileiras, Fronteira, Memórias Coletivas, Identidades Nacionais, Estudos Culturais.

Abstract:

This paper analyses the memory and expectation games observed between Portuguese and Brazilian intellectuals in observance of their apprehension linked to a putative luso-brazilian relationship. It is focused on two specific historical contexts: the Brazilian Republic Proclamation (1889) and the First Colonial Exposition in Porto (1934). Beyond the importance of those events, it is interested on the dimensions of the tightening of memories projected about the future of the Lusitanian brand in America and Africa. In both cases, the land unity related to the identity hermeneutics stands out. The fear of lack of unity in American scale, in XIX century, or the fear of its unfolding in Africa in the future, in XX century, touches the understanding of the Lusitanianness. The frontier, as a concept, reveals itself as a machinery that condensate expectations and requests different scales and dimensions (Europe, America, Africa) in a contextual and discursive process that makes national identities.

Keywords:

Luso-Brazilian relationship, frontier, collective memories, national identities, cultural studies.

Dispositivo histórico promotor de entidades internas e externas; metáfora de hibridismos vários; veículo demarcatório de agrupamentos coletivos ou memórias; métrica significativa de construção de alteridades; baliza física ou discursiva que orienta a extensão e o alcance de poderes constituídos – a fronteira, como conceito, traveste-se de polissemia em cada ponta em que lhe tocam determinados contextos ou postuladas ciências. Sua flexibilidade semântico-política é, talvez, seu elemento mais característico, havendo, por assim dizer, um não-despiciente fator de lastro semântico-histórico latente (e disponível) na qual este conceito, dir-se-ia todo conceito, é portador⁽¹⁾.

Neste artigo analisamos os jogos de memórias e expectativas observados entre intelectuais e políticos portugueses e brasileiros que manifestaram apreensões relativas a uma putativa ligação luso-brasileira presente em contextos específicos de turbulência (real ou expectada) de fronteiras. O enquadramento de nossas reflexões situa-se em dois momentos históricos precisos. O primeiro, relativo ao impacto da notícia da proclamação da República no Brasil, em 15 de novembro de 1889. Neste ponto, estaremos focados na gestão imediata dos acontecimentos feita por intelectuais de envergadura e de como eles elaboraram receios e temores acerca não especificamente do novo regime no Brasil, mas sobretudo no efeito dele desdobrado como projeção de memórias sobre os futuros da «maior obra civilizacional portuguesa». Ou seja, a despeito da importância do fato em si (e mesmo de suas repercussões fáticas em Portugal), interessa-nos outra dimensão, qual seja, a da crispação das memórias projetivas sobre uma pretensa marca (e dimensão) da lusitanidade na América. No segundo momento, inverte-se o quadro: centraremos o olhar nas recepções brasileiras sobre a 1ª Exposição Colonial do Porto, de 1934, tendo especial atenção para a forma (discursiva) como a Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro reagiu aos «perigos» e «desafios» suportados pelo projeto colonial português na África se deparava, sobretudo naquilo que tangia, para eles, a postulados seja do «pan-lusitanismo» seja do «luso-brasileirismo» e do qual, no Brasil, havia aqueles que se sentiam também herdeiros e responsáveis. Nos dois momentos, frisa-se, sobreleva-se claramente a questão da unidade territorial relacionada diretamente à certas hermenêuticas

(1) As referências teóricas sobre o conceito de fronteira são vastas. Para a problematização deste texto, utilizamos as abordagens de Martins (2008), Ribeiro (2002).

identitárias. Afinal, a perda de unidade, seja no que tangia, no final do XIX, à projeção em escala americana seja, no século XX, em seus desdobramentos em escala africana buliam profundamente na (auto) compreensão lusitana e/ou luso-brasileira de Portugal e sobre dada «lusitanidade». Com isso, interpelam-se múltiplas escalas e friccionam-se as fronteiras e suas representações no passado relido e principalmente no futuro prospectado na Europa, América, África e Ásia. Já se antevê, portanto, que a fronteira, como conceito em disputa nestes debates, revela-se um mecanismo de aglutinação de expectativas relativamente ao seu limite em diferentes dimensões como dispositivo que é (Martins 2008), desde o seu interior ilimitado (em projeção do lastro lusitano), bem como desde os temores ao seu desenvolvimento, sua fratura ou mesmo crispação mnemônico-identitária. Assim sendo, percebe-se o quão intrincado é seu jogo escalar e o quanto fica patente seu poder de interpelação multidimensional deste conjunto retórico vazio que são as identidades nacionais constituídas (Calhoun 2007) – e que são preenchidos contextual, histórica e discursivamente nos momentos de debate em torno das (e pelas) fronteiras.

A República no Brasil e o futuro da «obra civilizacional» portuguesa

Na sequência da Proclamação da República no Brasil, em 1889, Joaquim Pedro de Oliveira Martins intervém criticamente através das suas crônicas em periódicos portugueses. No jornal *O Tempo*, em artigo intitulado «A República no Brasil», considera a «incomparável tolice que o Brasil fez, proclamando a República, destruindo esse Império a cuja sombra e pela mão de um príncipe tão patriota como sábio, conseguira ganhar foros de nação, avigorar-se, desenvolver-se, vencer os seus inimigos e adquirir um lugar proeminente na América do Sul» (Martins 1957: 241).

Para ele, a Proclamação da República no Brasil é «mais do que um erro funesto»: tratava-se de uma «ingratidão para com esse homem venerando carregado de anos e serviços que consumiu a vida a dotar o seu Império com os frutos de uma administração em que a energia se aliou sempre à prudência, a força à arte, alternando segundo as necessidades». O autor de *O Príncipe Perfeito* entendia que a unidade territorial brasileira fora obra do Império e, por isso, ele temia pela

desagregação «dessa grande América portuguesa, tão grande como a Europa, tão diversa em interesses, em tradições e em temperamento nas suas várias províncias, desde os sertões do Amazonas, pelo centro agrícola de S. Paulo, até aos pampas do Rio Grande». Avaliava ele que a unidade nacional brasileira só era possível pela forma administrativa do Império de D. Pedro II. O federalismo republicano, segundo seu vaticínio, «será inevitavelmente o desmembramento [do] grande Império neo-português» (Martins 1957: 242).

A sua argumentação não hesita em se ancorar na experiência histórica. Sustentava que, ao contrário da colonização da América do Norte, que «marchou em coluna cerrada» de Oriente a Ocidente, a colonização «hispano-portuguesa» dimanou «criando núcleos dispersos, gânglios de população que só o trabalho lento dos séculos virá a aproximar e fundir». Esses núcleos mantinham-se unificados enquanto «enfeixados pelo vínculo da monarquia». Por isso, acreditava que, abolindo-a, a República tenderia para a desagregação. Deste modo e nestas circunstâncias, não podia deixar de exprimir suas reservas mais vincadas à mutação política brasileira, registrando que, relativamente à República Brasileira, «aplauda-a quem quiser: nós não, porque aplaudindo a proclamação ociosa de um fórmula de governo, indiferente em si e nefasta actualmente para o próprio Brasil, aplaudiremos a iminência de graves perigos para esta nossa terra que adoramos, e que foi a mãe pátria da nossa gloriosa colónia» (Martins 1957: 243-245).

Estamos, como está já fácil de ver, diante de um quadro onde as apreciações do autor reverberam inseguranças várias no âmbito de uma mirada reflexiva e autoreferente. Cumpre chamar a atenção, neste ponto, para o fato de as preocupações de Oliveira Martins com a mudança de regime resultarem, em boa medida, da percepção do risco econômico que presumia vir a abater-se sobre Portugal, visão a que não é estranha a sua particular sensibilidade para com o problema emigratório, ao qual volta a acentuar a forte dependência econômica portuguesa da comunidade migrante e o correspondente de retorno financeiro⁽²⁾. Mas parece inegável

(2) Ele mesmo o manifesta: «já não é hoje segredo de ninguém que o rendimento mais importante e mais líquido da nossa depauperada economia nacional é a emigração para o Brasil. Exportamos para lá por ano trinta ou quarenta mil portugueses; recebemos de lá por ano dez ou quinze mil contos de réis. Se esta corrente de gente que sai e de dinheiro que vem, se deslocar, as consequências serão gravíssimas». Para Oliveira Martins «o jacobinismo brasileiro escreve na sua bandeira a *nacionalização do comércio de retalho*, eufemismo sob que

que, em simultâneo, cada uma das suas alusões ao futuro brasileiro estivessem marcadas por um movimento de autoreferencialidade que reflete, a partir da realidade brasileira, sobre a própria simbologia ligada às dimensões positivas do período colonial português. Por isso, dizia que «ao Brasil queremos, pois, como se ainda fosse uma parte da pátria portuguesa, e é por isso que estas palavras nos saem espontâneas e simples dos bicos da pena» (Martins 1957: 245).

Disso pode-se entender o tom de seu lamento, pois, para ele, o Brasil teria praticado além de um ato de insensatez, uma ingratidão para com a obra do Império, para com a união territorial, mas também, e sobretudo, para com o legado português na América. Implicitamente, percebe-se que os acontecimentos políticos brasileiros são suscetíveis de macular a obra lusitana na história, afetando a moral da coletividade em causa, bem como o padrão de relacionamento projetado para o futuro. E mesmo reconhecendo-se que, «certamente, um país, chame-se como se chamar, não passa de amigo a inimigo nosso porque mudou a sua forma de governo», e que «a nossa amizade é tão grande como o nosso parentesco», alguma ansiedade se deverá compreender, perante «o passo errado» que teria dado Brasil «e a enormidade dos perigos em que se lançou a si – e também a nós» (Martins, 1957: 245). Estava em causa, afinal, o futuro de um dado passado⁽³⁾, o mesmo é dizer o futuro de uma comunidade luso-brasileira idealizada. Ou não será precisamente isso

se esconde a guerra mortal de inveja ao emigrante português, que disputa aos indígenas, à força de economia e trabalho, o mercado da venda a miúdo». O autor da *Circulação Fiduciária* proclama que não teme análogas modificações no regime político português, ao afirmar que «não receamos para Portugal as consequências políticas da revolução», pois «não é do Brasil que nos virá nenhuma novidade constitucional, nem temos a aprender com as lições do seu governo, mormente quando são da natureza destas», embora manifestasse receio pelas «consequências económicas da loucura política do Rio de Janeiro». Oliveira Martins volta a este mesmo tema, no seu artigo «A nacionalização no Brasil», também escrito em 1889, para o jornal *O Tempo*. Neste texto, dá maior ênfase ao problema, informando que o «sob o ponto de vista português, o decreto de nacionalização promulgado pelo governo provisório é manifestamente prejudicial para nós. E oxalá não seja esse o prólogo de outras medidas que porventura venham afectar as nossas relações políticas, e principalmente as económicas, com a grande nação da América do Sul». Idem, *ibidem*, 244-247.

(3) Estava em causa, neste ponto, toda a complexa relação entre memória, presentificação da memória e projeção do futuro, tal como a tem analisado Fernando Catroga e no sentido que ela recebe a partir dos estudos de Miguel Baptista Pereira, ao afirmar que «se houve passado, presente e futuro no passado, há passado, presente e futuro no presente, haverá passado presente e futuro no futuro» (Pereira 1999) e (Catroga 2001: 32).

que dirá o próprio Oliveira Martins, ao dar voz a todos os que, como ele, «esperançados no crescer fecundo e harmónico de uma nação *neo-portuguesa* na América, em vez de se sentirem entusiasmados, [lamentam] ver assim posto em perigo o futuro da melhor obra da história portuguesa» (Martins 1957: 249-250)?

É sem surpresa, pois, que verificamos a incomodidade do autor frente à proposta do governo provisório republicano do Brasil que apontava para a naturalização dos imigrantes residentes em solo nacional. Obviamente, a atenção martiniana voltava-se para os portugueses, pois «cumpre-nos olhar pelos nossos», chamando atenção do governo português da época a zelar pelos portugueses habitantes no Brasil e que teria sido «convidados ou coagidos a renegar a sua pátria» (Martins 1957: 250).

Com efeito, a diferença regimental que a proclamação da República introduziu na jovem nação brasileira ia bastante além de um fato político e administrativo. Compreende-se, assim, que o autor da *História da Civilização Ibérica* tema pelo futuro do elemento «neo-português» no Brasil. E, como é sabido, se mesmo depois da Independência, ainda havia um laivo de sangue bragantino⁽⁴⁾ a unir as duas monarquias liberais de fala portuguesa, a República fechará esta porta de contato. Abrira outra, alternativa: a da incorporação de imigrantes – não exclusivamente ibéricos ou mediterrâneos – para a formação do futuro do Brasil – um futuro potencialmente ou progressivamente distante da matriz lusitana. Neste quadro, o que restaria da grande obra de Portugal na História, simbolizada muito fortemente pela grandeza brasileira? No mesmo sentido, o vemos temer, nesta perspectiva, a intensa incorporação de imigrantes estrangeiros de procedências distintas (como alemães e italianos, por exemplo), a qual poderia concorrer para uma gradual perda da importância da lusitanidade na formação do brasileiro.

Em contraposição à experiência norte-americana, ressaltava que a nacionalização de estrangeiros ocorrida nos Estados Unidos não teria tido gravidade «porque a grande maioria dos imigrantes pertence ao próprio fundo da raça que constitui a nação americana, e os laivos de sangue estranho são assimilados e absorvidos rapidamente» (Martins

(4) A este aspecto importa lembrar as acutilantes críticas escritas sobre o papel da dinastia dos Bragança na história de Portugal terem vindo, justamente, de Oliveira Martins. Basta lembrar do retrato descrito na sua *História de Portugal* a este respeito para se ter em conta a significação dos seus temores relativos à potencial desagregação do Brasil no contexto republicano.

1957: 248). Diferente seria o caso brasileiro, pois, «quando se observam os números da imigração de estrangeiros, sente-se o perigo do futuro», afinal, «já lá vai o tempo em que o elemento português preponderava de um modo quase absoluto». Dizia mais, ainda: «a imitação precipitada dos processos *yankees* pode dar rapidamente um incremento febril ao Brasil, mas tornará essa região do mundo um caravanseralho de povos e não uma nação, como os Estados Unidos são há muito, e como o Brasil se encaminhava para ser à sombra do Império» (Idem, *ibidem*).

Invariavelmente, sua pena encontrava a questão da unidade territorial brasileira. Assim sucedia mesmo depois de os acontecimentos relativos à mudança de regime terem perdido alguma novidade. Prova disto é o seu texto «A Unidade do Brasil», de 1890, também publicado no jornal *O Tempo*, texto esse em que a sua análise fica centrada em uma situação concreta – os problemas havidos na fronteira sul do Brasil – e que vinham comprovar, do seu ponto de vista, o acerto dos seus anteriores vaticínios acerca da desagregação brasileira. Para ele, «os traços [do] desmembramento da nação neo-portuguesa da América» podiam já ser vistos «na separação do Rio Grande do Sul, região de pampas, que pelos interesses, pelos costumes e pela tradição, inclinaria para o lado do Uruguai». Informado pelas notícias trazidas pelo telégrafo, assim como pelas demais «informações fidedignas» recebidas, percebia ele o levantar da «primeira ponta do véu escuro dos perigos que corre a integridade do Brasil» (idem, *ibidem*).

Uma destas informações noticiava o temor do governo provisório de uma sublevação do Estado do Rio Grande do Sul. Frente a este possível acontecimento, tendo como base apenas as informações divulgadas pela crônica de Oliveira Martins, o governo republicano provisório, para conseguir a pacificação do Rio Grande em caso de revolta, teria pedido auxílio à República Argentina, ou contra o Rio Grande Sul isoladamente ou contra esse Estado unido à República do Uruguai. O que lhe causava frêmito era o fato de que, em troca de auxílio armado, o Brasil fosse obrigado a ceder parte de seu território à República Argentina, bem como tivesse que consentir na «anexação do Uruguai, desinteressando-se também o Brasil pelo Paraguai, que os argentinos poderão igualmente anexar, realizando assim a sua ambição de unificarem numa república toda a dependência do antigo vice-reinado de Buenos-Aires» (Idem: 274). Parece interessante notar que o autor tomava o critério histórico como barômetro interpretativo das questões políticas de seu tempo.

Por isso sua análise remetia à época colonial, cotejando as experiências dos modelos espanhol e português de colonização com a política internacional que envolvia duas Repúblicas latino-americanas no final do século XIX. Daí que tivesse falado na ambição argentina pela reconquista do «antigo vice-reinado» de Buenos Aires, bem como remetesse ao «erro histórico da ocupação portuguesa nos tempos coloniais», por não ter levado «a fronteira do Brasil até ao Rio da Prata». Erro este «até certo ponto emendado pelo Império em 1851, quando deu a mão a Urquiza e tomou Montevideo a Oribe, criando a república independente da Banda Oriental, ou do Uruguai». (Idem: 273-274).

Ora, bem vistas as coisas, percebe-se, nestes excertos, uma preocupação acurada, por parte do intelectual português, com o contexto geopolítico da América do Sul tal como se tratasse de uma dimensão imediatamente vinculada ao futuro português de então – o que se justificaria, se não pela via da materialidade realista das relações internacionais da época, sobretudo pela projeção de imaginários políticos e, assim sendo, de um olhar retrospectivo que projetava, naquelas fronteiras, o avesso das memórias que lhe não sucederam, mas que podiam, à luz de uma propalada tentativa de recuperação das energias da nação portuguesa, serem recicladas e reconfiguradas como preocupação quanto ao destino da maior – dir-se-ia à época, melhor obra portuguesa da história. As questões fronteiriças surgiam como prova de uma suposta má opção que constituía, para o Brasil no contexto sul-americano, o regime republicano. Para Joaquim Pedro de Oliveira Martins, durante o Império, o Brasil, «exercendo a hegemonia, libertava o Paraguai, numa campanha em que tinha por aliados os argentinos; agora, vinte anos depois, [era] ele o protegido que [pedia] aos argentinos para lhe fazerem a polícia interna, abandonando as pequenas repúblicas do Prata à ambição do povo que em breves anos será absoluto senhor da América meridional» (Idem, *ibidem*).

Tudo somado, logo se vê um quadro preocupante relativamente ao futuro do pretérito passado português, bem como às expectativas quanto ao tão desejado quanto maculado prestígio internacional naqueles dias tensos e que ligavam os destinos da «obra portuguesa da história» ao trauma nacional sofrido no contexto do *Ultimatum* Britânico. Na verdade, e a crer nas linhas escritas por Oliveira Martins, ambos eventos confluíam para a confirmação de uma inexorável decadência. Do seu ponto de vista, não havia dúvidas sobre o justo sentimento de «indignação contra

a Inglaterra pelo ultraje que recebemos dela, não devemos esquecer que, para lá do Atlântico, no Brasil, nos achamos a braços com um problema materialmente mais sério. A questão inglesa não é, por infelicidade nossa, a única, embora seja a mais dolorosa! (Idem: 276).

Sucedo, porém, que a apreensão de Oliveira Martins relativa à manutenção da integridade territorial brasileira não era opinião isolada. Nas páginas da *Revista de Portugal*⁽⁵⁾, observamos, aproximadamente, a mesma avaliação, a partir de outros pontos de vista. Tomemos como exemplo o texto do brasileiro Eduardo Prado, intitulado «Destinos Políticos do Brasil»⁽⁶⁾. Escrevendo de Leipzig, na Alemanha, em Setembro de 1889 – e, portanto, dois meses antes da *Proclamação da República no Brasil* –, vemos Eduardo Prado preocupado em defender a existência do regime monárquico. Não é casualidade que ele centre as discussões políticas nacionais em duas questões-chave: continuará a existir a monarquia?; continuará o Brasil unido? Diante destas questões, Prado enumerava duas tendências opostas: uma de destruição e outra de conservação. O movimento republicano congregaria, para ele, todas as forças destrutivas. O autor de *A ilusão americana* considera que o sentido de uniformização política é o factor de agregação dos republicanos da América, de norte a sul; porém, a ênfase neste elemento «esquece que os Brasileiros, distinguindo-se dos outros americanos ingleses e espanhóis,

(5) Concordamos com Aparecida de Fátima Bueno quando considera a *Revista de Portugal* «um espaço importante para pensarmos nas inter-relações luso-brasileiras do período». Importa ressaltar que acreditamos que o que a autora afirma em relação à *Revista de Portugal*, dirigida por Eça de Queirós, sustentamos ser a tônica da época que vai de 1870 até o final do século, englobando não apenas este periódico, mas vários outros, desde a *Revista Ocidental*, dirigida por Antero de Quental e Batalha Reis, passando pela *Revista de Estudos Livres*, bem como pela *Revista Brasileira*. No final das contas, trata-se de atentar que este foi o tom crítico das Gerações de 1870, portuguesa e brasileira, conforme a expressão de Beatriz Berrini, já mencionada neste trabalho. Para mais informações, consultar Bueno, Aparecida de Fátima «Relações conflituosas: o Ultimatum inglês na Revista de Portugal». Trabalho apresentado no âmbito do VII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais, em Coimbra, nos dias 16, 17 e 18 set. 2004.

(6) Eduardo Prado publicou um total de oito textos na *Revista de Portugal*. Destaca-se que, apenas no primeiro, escrito ainda antes do 15 de novembro de 1889, ele assina com seu nome. Nos restantes usará o pseudónimo «Frederico de S.». Para uma interessante análise das interfaces luso-brasileiras no pensamento de Eduardo Prado, sugerimos a primeira parte de Berriel, José Carlos. Tietê, Tejo, Sena. A obra de Paulo Prado. Campinas: Papirus, 2000.

na origem e na língua, bem podem também distinguir-se deles no modo de governo»⁽⁷⁾. O Brasil, por conseguinte, é caso à parte:

o Brasil é na realidade um país indisciplinado. Como Portugal, ele foi formado socialmente debaixo da disciplina da Igreja e teve dois séculos do ensino dos jesuítas. A ninguém os substituiu. Os países da Europa têm a força das tradições; a Inglaterra a disciplina do puritanismo, regendo também pelo seu prestígio a grande comunidade norte-americana; a Alemanha achou na disciplina militar o correctivo da destruição de autoridades feita pelos filósofos. No Brasil nada disso existe. A escravidão tornou a ideia e o sentimento do dever social da obediência coisas humilhantes e repulsivas (Prado 1889: 476-477).

Esta especificidade faz entroncar diretamente, por via da mobilização de conceitos como «tradição histórica», o destino brasileiro com o de Portugal, no sentido em que, afirma Prado, «só pelas grandes qualidades colonizadoras dos portugueses, pela fecundidade das suas alianças com a raça indígena que eles tiveram de subjugar à força de coragem e valentia, é que o Brasil pôde ser feito, apesar de todos os erros do governo de Portugal». Para ele, «os descendentes dos Portugueses», portanto têm responsabilidade direta na construção da nacionalidade brasileira «tal qual ela existia já em 1822, isto é, unificada pela origem, pela língua, pela religião, pela invencível força das coisas, apesar das divisões políticas do território, capitánias ou províncias, datando de três séculos» (idem: 480-481).

À semelhança da maioria dos cronistas da época, também Prado não concebe a projecção no futuro à margem da reflexão sobre a tradição histórica, e, com ela, sobre a identidade dos povos. Pelo que a intersecção de portugueses e brasileiros – responsável que era, para este monarquista convicto, pela unidade do Império, essa «unidade fundada na tradição histórica, no facto de ontem e de hoje, na língua, na religião» – só poderia entender-se como a decorrência indeclinável desse aspecto. É bem na esteira deste pressuposto que vemos Eduardo Prado em busca da sua

(7) Prado, Eduardo, «Destinos Políticos do Brasil», *Revista de Portugal*, vol. I. Porto: Editores Lugan & Genelux, 1889, 470.

definição do brasileiro. Segundo ele, o brasileiro «tem a sensibilidade da raça africana, a paciência do índio temperando a força do Português que ele mesmo é um calmo ao lado do Espanhol» (idem: 488-489).

Dois meses antes da proclamação da República, Eduardo Prado roga para que se renovasse a monarquia. Os acontecimentos seguintes não favoreceram seus desejos. Contudo, vemo-lo, logo a seguir ao 15 de novembro de 1889, escrever um interessante artigo, impresso também no periódico de seu amigo Eça de Queirós: a *Revista de Portugal*. Assinando sob o pseudônimo «Frederico de S.», Prado dá à estampa o texto intitulado «Os Acontecimentos do Brasil», escrito em novembro de 1889. Informado pelas notícias transmitidas desde a América do Sul comentava para seus leitores as novidades sobre a troca de regime no Brasil. Com ironia, transcreve trechos de telegramas, os quais, na concisão de suas linhas, considerou «singularmente humorísticos». Eis o excerto, tal como surge publicado na *Revista de Portugal*:

A tropa em estado de revolta. Reina tranquilidade. – O imperador em Petrópolis. Completa paz. – Foi preso o ministério. População calma. – Foi proclamada a república. Tudo inalterado. – O Imperador preso no seu palácio. Ordem perfeita. – Fica constituído o seguinte governo provisório: Marechal Deodoro da Fonseca, presidente sem pasta; Campos Sales, ministro da justiça; Quintino Bocaiuva, ministro dos negócios estrangeiros; Aristides Lobo, ministro do interior; Rui Barbosa, ministro da fazenda; chefe de divisão Wandelocock, ministro da marinha; Demétrio Ribeiro, ministro da agricultura, comércio e obras públicas. As províncias aderem. O Sena, o Conselho de Estado, foram abolidos. A Câmara dos Deputados foi dissolvida. Reina sossego. – O Imperador e a família imperial embarcaram para a Europa. – A Bahia não adere ao movimento. Absoluta unanimidade, etc. etc. (Prado 1889: 771-772).

Face à propositada crueza da segura telegráfica, remata: «desejaríamos saber se o povo brasileiro só com estas mudanças se vai tornar mais civilizado, mais enérgico, mais apto para realizar a sua missão na história» (idem: 774). Fatalmente, a sua ironia desemboca na ideia de «missão histórica». Uma missão histórica brasileira – em derivação do alargamento da fronteira de influência portuguesa, do Império dos

Bragança e, por decorrência, em derivação mesmo da missão histórica portuguesa. Ou seja, da pressuposição de um passado e de um futuro em mútua interpelação. Precisamente dessa ligação que virão seus receios e críticas: a missão histórica esta que, para ele, ficava

desde logo frustrada se a república federal importar no enfraquecimento da unidade. Muitos pensadores estrangeiros afirmaram já que o Brasil se dividirá em vários Estados independentes; e que as rivalidades regionais de hoje facilmente se transformarão em hostilidade inextinguível. A comunidade de origem, a raça, a língua, a religião idênticas, não são suficientes garantias da conservação da harmonia (Prado 1889: 774-775).

Os temores de Eduardo Prado pelo rompimento da unidade, feito paralelo do rompimento da missão histórica, remetem para os temores já detectados em Oliveira Martins. Não por acaso, é a ele que Prado cita, de modo explícito, numa clara assunção de similitude de pontos de vista quanto ao tema em causa, em passagens bem demonstrativas da rede discursiva na qual o seu discurso se inseria: «tratando do Brasil, não há no mundo dois povos que tenham ódio recíproco tão profundo como os Chilenos e os Peruanos, e ambos descendem de espanhóis, falam a mesma língua, têm a mesma religião», exemplos suficientes para sustentar a previsão de que, no Brasil, a «unidade certamente desaparecerá». Eduardo Prado chama ainda a atenção para outro texto de Oliveira Martins onde ele previa a divisão do Brasil em «três novos estados, a Amazónia, um estado central, e o extremo sul destinado a ser absorvido pela República Argentina, logo que esta, cessando a oposição do Brasil, possa realizar o seu velho ideal de reconstituir republicanamente o antigo vice-reinado de Buenos Aires, que compreendia o Uruguai e o Paraguai» (Ibidem: 774-775).

Entretanto, as opiniões de Prado encontram eco no diretor da *Revista de Portugal*, José Maria Eça de Queirós, o qual, à semelhança daquele seu amigo brasileiro, utilizava um pseudônimo – João Gomes – para dar suas impressões sobre a deposição da monarquia brasileira. Seu texto intitula-se «Notas do Mês» e é iniciado em tom jocoso, dizendo, nomeadamente, que a proclamação da República no Brasil «é menos uma revolução

do que uma transformação – como nas mágicas». Trata-se, dirá ainda de uma revolução «feita antes do almoço», que foi «simultaneamente grandiosa – e divertida». E continua, ao analisar a relativa facilidade e rapidez com que a República suplantou a Monarquia, considerando que «o Imperador tinha-se a tal ponto desimperializado, que entre Monarquia e República não havia realmente senão um fio – tão gasto e tão frouxo, que, para o cortar de um golpe brusco, bastou a espada do Marechal Fonseca» (Queirós 1889: 777-778).

Tal como Eduardo Prado, seu companheiro dos convívios luso-brasileiros em Paris, Eça considerou a «revolução republicana» um movimento de bacharéis – Prado já havia apontado nesse sentido no seu «Destinos Políticos do Brasil». Estes a teriam proclamado com intuito de poderem realizar «o velho ideal jacobino, já entre nós desacreditado e um pouco obsoleto, e que no Brasil domina ainda as inteligências tropicalmente entusiásticas e crédulas». Tal como Prado e Oliveira Martins, Eça estava ciente das possíveis consequências da progressiva republicanização da América. No seguimento daqueles autores, considerará que um «modelo perigoso para o Brasil estava nos Estados Unidos do Norte, cuja imensa civilização deslumbrava os brasileiros, que não reflectiam que é o character das raças, e não a forma dos governos, que faz ou impede as civilizações» (Queirós 1889: 778-779). Por fim, como não poderia deixar de mencionar seu contributo para o debate instalado em torno da unidade territorial brasileira. Com o Império, dirá Eça, «segundo todas as possibilidades, acaba também o Brasil». Numa análise semântica que remetia à mobilização da história, Eça afirma que «este nome de *Brasil*, [que] começava a ter grandeza, e para nós portugueses representava um tão glorioso esforço, passa a ser um antigo nome da velha Geografia Política». Para ele, tratava-se de uma questão de tempo, pois «o que foi o Império estará fraccionado em Repúblicas independentes, de maior ou menor importância», na medida em que «as rivalidades que entre elas existem; a diversidade do clima, do carácter e dos interesses; e a força das ambições locais» não conseguirão manter unido o Brasil, indicador maior da obra histórica de Portugal, pois «não está forçado a conservar-se unido, pelo receio dos ataques ou represálias de uma metrópole forte, de quem acabasse de se emancipar». Daí que vaticinasse, utilizando os demais países latino-americanos como exemplos históricos, a ideia de que, naquilo que um dia foi o Brasil, «haverá Chiles ricos, e haverá certamente Nicaráguas

grotescos. A América do Sul ficará toda coberta com os cacos de um grande Império» (Queirós 1889: 782-783).

Para lá das suas diferenças teóricas ou estilísticas e que, em qualquer dos casos, não podem omitir as afinidades principiológicas de ocasião, os textos de Oliveira Martins, Eduardo Prado e Eça de Queirós entrecruzam-se em aspectos nodais da problemática relacional envolvendo Portugal e Brasil. As correlações passíveis de serem estabelecidas induzem à constatação de uma rede discursiva que, ao encontrar expressão na complementaridade das respectivas intervenções, se demonstra atuante e operativa no seio da configuração cultural luso-brasileira (Paredes 2013) e que manifesta, nitidamente, um impacto do final do Império dos Braganças e a conseqüente republicanização do Brasil – compreendida como ataque profundo à unidade territorial e, sobretudo, ao elo memorial e identitário que perfazia o vínculo luso-brasileiro. O salto interpretativo, nesse sentido, para que se debatesse, naquele âmbito, o papel de Portugal na História (como sujeito em escala universal) era, simbólica e imediatamente franqueado. Daí que os temores sobre a fronteira de uma lusitanidade (ilimitada) em escala americana estivessem, também, em debate (Martins 2008). Daí que os destinos do Brasil fossem, nalguma medida (mesmo que no imaginário simbólico-político) também os de Portugal. É crível que, independentemente da singularidade das inspirações de cada um desses autores, eles se mobilizassem, de acordo com a expressão cunhada por Joaquim Pedro de Oliveira Martins: «não apenas com aquela curiosidade que os fenómenos sociais provocam, mas sim como quem se sente intimamente interessado, já pela comunidade de sangue, já pelos nossos deploráveis erros» (Martins 1957:284).

A interpelação das fronteiras e o «destino comum»: a responsabilidade pelo Império na Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro

Ora, numa primeira e apressada análise, parece bastante razoável que, do ponto de vista de uma ex-metrópole e no contexto de aprofundamento da percepção de uma decadência histórica, os assuntos de uma ex-colônia fossem discutidos, sentidos e ressentidos no âmbito das compreensões sobre o papel lusitano no passado e no futuro. Contudo, o jogo de multiplicação retórica e simbólica das fronteiras memoriais não parece ser tão linear como isso. Ao contrário dos receios alardeados por Oliveira Martins, Eduardo

Prado e Eça de Queirós – mas em consonância com suas hermenêuticas identitárias sobre o lastro neo-português na América – identifica-se, anos depois, uma resiliente mobilização do Brasil nos discursivos acerca do projeto colonialista português à montante na África. A visão do Brasil enquanto obra máxima da ação colonizadora portuguesa refletia-se, agora, na representação assumida pelos emigrantes residentes na ex-colônia americana, como a maior comunidade portuguesa fora de Portugal, em pleno século XX, e como garante de um reforço simbólico dos laços estabelecidos historicamente no tocante a uma predestinação lusitana. Com este alvitre, no dia 22 de maio de 1930, foi fundada a Sociedade Luso-Africana no Rio de Janeiro por alguns portugueses e descendentes residentes na então Capital Federal do Brasil. A sociedade adotou como lema: «Pela Raça, Pela Língua», além do símbolo tendo o escudo português rodeado por oito castelos, cada um deles com o nome das colônias de Angola, Índia, Moçambique, Timor, Guiné, S. Tomé, Cabo Verde e Macau.

A comissão diretora da entidade era formada por António de Souza Amorim, Almiro Andrade e Francisco das Dôres Gonçalves⁽⁸⁾ que constituíam o núcleo responsável pela organização de várias ações, entre palestras, atividades culturais, publicação de artigos em jornais, produção de materiais didáticos, organização de intercâmbio escolar e, sobretudo, pela divulgação do Boletim da Sociedade Luso-Africana⁽⁹⁾. Em 1934 a revista tinha uma tiragem de 2.000 exemplares que eram gratuitamente distribuídos em escolas, centros culturais, prefeituras, e a intelectuais, políticos, etc (Simões 1940: 162-163).

Concomitantemente, o periódico buscava ser um veículo articulador de todos os portugueses e descendentes espalhados pelo mundo, em especial pela aproximação política de Portugal e Brasil. Na defesa da perspectiva colonialista, a revista se instrumentalizava da representação

(8) António de Sousa Amorim ou «António de Balfruda», republicano de Ponte de Lima emigrado no Brasil em decorrência de perseguição política, teve considerável militância no seio da oposição ao salazarismo no Rio de Janeiro por meio de publicações no jornal *Portugal Republicano* e no *Boletim do Centro Português Dr. Afonso Costa*. Francisco das Dôres Gonçalves, algarviano e comunista, emigrado no Brasil ainda no período monárquico (em decorrência de suas divergências com o regime), foi um dos fundadores do Grêmio Republicano Português em 1908. Para mais informações (Paulo 2006) e (Assunção 2017).

(9) O *Boletim da Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro* circulou entre os anos de 1931 e 1938, num total de 24 vols. que foram publicados a partir de uma periodicidade irregular. Alguns exemplares foram consultados junto ao Fundo Geral de Revistas da Biblioteca Nacional de Portugal. Cota R.E. 11291 V.

brasileira como filho mais velho e emancipado, exemplo notório da capacidade colonizadora de Portugal que estava igualmente habilitado para reproduzir os mesmos ideais civilizatórios nas suas colônias da África, Ásia e Oceania. Como exemplo desta postura, destaca-se um texto do ator e publicista Carlos Leal:

O novo Brasil para os portugueses, está declaradamente, amplamente esclarecido nas nossas colônias. É no vasto império colonial português, – classificado como o terceiro do Mundo potencial – que a seiva e a inteligência do novo homem tem que procurar exercer as atividades, porque é nesse imenso terreal que um novo mundo se desperta. [...] Pois que tentem assaltar-nos as Colônias, e verão como é a arrancada lusíada! [...] Pois as Colônias Portuguesas, a mercê das várias circunstâncias do seu apreciável desenvolvimento, formam o novo Brasil. Para ali teremos de encaminhar, de preferência, as novas atividades, e muito em especial pelo facto de estarmos em nossa casa. [...] E se a Alemanha e a nobre Itália, se justificam para se assenhoriarem do que é muito nosso, – alegando que *«não sabem onde alojar os seus súditos»*, – que escolham outras paragens, – o deserto do Sahara comporta muita gente (Leal 1933: 69-70).

O texto reflete a vinculação ideológica de Leal com a política do Estado Novo português, uma vez que a interpretação colonizadora do Brasil servia como referência histórica a nova experiência colonial portuguesa. Ao mesmo tempo, o exemplo positivo da ex-colônia articulava a narrativa nacionalista da tradicional mitologia imperial, mobilizada naquele contexto, como defesa frente aos interesses alemães e italianos. Novamente, como temor de turbulências fronteiras as compreensões acerca da identidade e da unidade vêm à baile. Não por acaso, a mesma preocupação imperialista que rondava as colônias portuguesas na África, era compartilhada por pensadores no Brasil, de modo que uma futura perda dos territórios ultramarinos de Portugal era interpretada de forma catastrófica aos futuros interesses brasileiros:

O perigo das guerras reside na urgente expansão de alguns povos europeus. Pois evitemos os conflitos armados, atribuindo à Alemanha e à Itália, em benefício da tranquilidade geral, as partes da África que

pertencem a povos impotentes para defendê-las. Com esse raciocínio primário e essa presunção gratuita o mundo estaria salvo das novas catástrofes. Se quisermos lançar os olhos sobre os horizontes do futuro brasileiro, veremos quanto importa para o Brasil que as colônias da costa ocidental do continente africano continuem sob o pavilhão dos conquistadores portugueses. Temos interesse solidário na preservação do império colonial lusitano, através de que se fará um dia a expansão do nosso país, pela identidade das origens étnicas e da língua, mantendo-se as duas margens atlânticas nas mãos de povos integrados pelas mesmas aspirações e ideais. [...] A hipótese de semelhante investida predatória contra o império lusitano na África deve encontrar da nossa parte uma resistência extrema, pois que ligado ao destino daquelas ribas do continente negro, mais do que poderiam imaginar os espíritos descuidosos, está a projecção futura do Brasil como potência mundial. (Athayde 1936: 128).

Este excerto do texto de Austregésilo Athayde apresenta elevada importância para nossa problemática em torno do jogo escalar das fronteiras, da mobilização das memórias e das projeções e compreensões identitárias. Parece clara a interpretação de uma herança brasileira na África colonial portuguesa (em futuro esperado) advinda justamente de uma compreensão da herança portuguesa no Brasil entendido como neoportuguês americano. O interessante, neste ponto, é a projeção do interesse brasileiro em escala mundial, incorporando – e nacionalizando, por óbvio – as compreensões acerca de uma fronteira da lusitanidade ilimitada em contexto africano colonial. É o reverso da memória colonialista lusa como fundamento de uma projeção mundial do Brasil em expectativa. Claramente passamos aqui da alegoria «dos novos Brasis em África» de que falava Oliveira Martins (Martins 1978), bem como passamos também do uso colonial do Brasil como exemplo de pedagogia colonial portuguesa (Catroga 2005) para um desposar da lusitanidade como brasilidade. Daí o interesse na preservação de um imperialismo lusitano revelado, pelo avesso, em brasileiro. A mobilização da lusitanidade como «comunidade de herança», pela «raça» ou pela «língua» justificavam, naquelas lentes, o escrutínio de elementos agregadores de uma identidade histórica com interesses comuns. O mito imperial de perspectiva pluricontinental constituía-se no elogio do pan-

lusitanismo como elemento-chave de uma necessária pedagogia cívica observada nos discursos articulados no *Boletim da Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro*. O editorial da revista de número oito, publicado nos três primeiros meses de 1934 reflete esta conduta:

Realizações

Hoje como ontem, a mesma confiança, o mesmo entusiasmo, a mesma vontade de realizar e o mesmo empenho de servir a causa do pan-lusitanismo nos dão o forte alento com que batemos os altos e saudáveis caminhos do optimismo, – esses caminhos que vimos trilhando há quatro anos, a carrear os materiais necessários para esta obra de apostolização cívica e evangelização patriótica em que estamos empenhados, nós outros, fundadores, orientadores e mantenedores da Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro, movidos pelo desejo, que é o nosso orgulho, de realizarmos uma propaganda do Império Português [...]. É necessário que todos os portugueses se compenetrem de que Portugal é uma realidade geográfica de dois milhões e cem mil quilômetros quadrados, espalhados em quatro continentes, mas integrados no corpo da Nação por vínculos seculares, por anseios comuns e, a coroar tudo isto, por uma inabalável concentração de nacionalismo [...]. Estamos, todavia, muito longe de nos dar por satisfeitos com o que já realizamos, que representa algo para a insignificância dos nossos recursos mas quási nada para o que temos planeado, e que é, para já, ou seja, para a nossa gestão: um «Boletim» especial, expressamente dedicado a Exposição Colonial do Pôrto, uma série de conferências pelos mais altos expoentes e mais legítimos representantes da inteligência e da cultura portuguesa no Brasil e a edição de uma Cartilha Colonial da autoria do insigne poeta e escritor Capitão Augusto Casimiro destinada a todas as escolas da língua portuguesa, dispersas pelo Mundo! (Gonçalves 1934: 1-2).

O texto assinado por um dos editores chefes da revista, Francisco das Dôres Gonçalves pode ser dividido em duas partes. Numa primeira, o autor mobilizou como tema principal o papel desempenhado em quatro anos pela Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro na propagação do pan-lusitanismo, mote editorial da revista, tendo em vista a defesa de

uma tradição secular do grande império português. Na segunda parte, estabeleceu dois projetos para serem realizados em um curto prazo, isto é, a publicação de uma cartilha colonial para ser distribuída em escolas de língua portuguesa e a edição de um número especial da revista que seria referente a 1ª Exposição Colonial do Porto (ECP). Vale destacar que na parte central do texto do editor, foi exibida a ilustração de um homem negro africano, que de perfil segurava com a mão direita a bandeira de Portugal e com a esquerda um escudo com o símbolo do império português ao centro (Gonçalves 1934: 1-2). Sabe-se que os dois projetos elaborados por Francisco das Dôres Gonçalves foram concretizados, ou seja, a cartilha pedagógica⁽¹⁰⁾ e o número especial da revista relacionada a 1ª ECP. Poucos meses depois do anúncio oficial, um dos desejos do editor tornou-se realidade e já circulava como veículo de propaganda no Brasil e em Portugal:

Observa-se na capa deste número especial relacionado a 1ª ECP, elementos que procuravam realçar a exposição enquanto um meio de aproximação política entre Portugal e Brasil. O aspecto simbólico estabelecido pelo jogo de cores da capa, deixa claro esta tentativa. Como representação lusitana, a caricatura centralizada do rosto de um homem negro, africano e português, com um barrete vermelho na cabeça, tendo ao centro o símbolo do império em dourado, na parte superior à direita. Alia-se a isto, os letrados em vermelho e verde, na parte superior à esquerda. Como realce a representação brasileira, destaca-se as folhas verdes de palmeira na parte inferior à esquerda, bem como, o pano de fundo em amarelo.

(10) Em anúncio publicado na edição subsequente de número especial relacionada a 1ª ECP, uma chamada com o título de *Cartilha Colonial* indicava que o material original produzido pelo Sr. Capitão Augusto Casimiro já estava de posse dos editores da *Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro*. Por conta disso, o informe indicava que em breve as cartilhas seriam distribuídas para todas as escolas do Império Português da Europa, da África, da Ásia e da Oceânia. Ao lado deste anúncio, uma outra chamada de aproximação «pan-lusitana» indicava o desenvolvimento de um intercâmbio escolar entre estudantes brasileiros, portugueses e das colônias ultramarinas de Portugal. *Boletim da Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro*. Número Especial Comemorativo da Exposição Colonial Portuguesa realizada no Porto, 9, abr.-jun. 1934, 161. Outra reportagem sobre a *Cartilha Colonial* encontra-se no *Boletim da Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro*, 10 e 11, 2ª série, ago. e dez. 1934, 64.



Legenda: Capa do Número Especial Comemorativo da 1ª ECP - *Boletim da Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro*

Além da capa, merece destaque o papel militante e comemorativo do editorial da revista assinado por Francisco Gonçalves e que incorpora os exemplos das exposições colonialistas europeias no âmbito de «tantos testemunhos irretorquíveis dos direitos não só incontestáveis como incontestados que outorgam a Portugal a posse e o seu domínio sobre

os territórios de África, Ásia e Oceania, nacionalmente conhecidos por províncias de Angola, Moçambique, São Tomé, Cabo Verde, Príncipe, Guiné, Índia, Macau e Timor». Nas suas palavras, a exposição realizada no Palácio de Cristal

um panorama grandioso e deslumbrante da largueza territorial, da extensão e profundidade dos tesouros, das possibilidades e da missão política e social do Império e, sobretudo, da obra que se faz mister realizar com rapidez, poder, intensivo, tenacidade heroica e ânimo varonil nessas terras portentosas, umas próximas, outras distantes, que são os prolongamentos gloriosos da nacionalidade ao longo das estradas líquidas dos oceanos: o patrimônio intangível de uma epopeia imperecível e a expressão vigorosa da Lusitanidade noutros continentes, noutros climas, noutras latitudes (Gonçalves 1934: 55).

A Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro aproveita, assim, a realização da Exposição Colonial do Porto para cavar «os alicerces de uma obra imperecível e gigantesca que nem o tempo delirá, e para quem o desejo de servir é a chama mais rútila e mais alta que perenemente arde em seus peitos de patriotas indefectíveis» (Gonçalves 1934: 56). O editor, ao longo do texto, historiciza o protagonismo lusitano em outras exposições coloniais, tendo em vista a legitimação e o direito legal do império sobre suas colônias na África, Ásia e Oceania. Neste caso, a mobilização da tradição histórica direcionava para a organização da 1ª ECP o elemento simbólico de unidade imperial e nacional. É no interior deste quadro de afirmação que o *Boletim da Sociedade Luso-Africana* assumiu a sua função, isto é, enquanto um espaço de propagação ideológica do «pan-lusitanismo» na qual o Brasil seria, ao mesmo tempo, símbolo, difusor e, como se viu, herdeiro.

O *Boletim* especial foi organizado em 167 páginas, estruturado a partir de muitas homenagens, entre elas uma página exclusiva com a publicação de um pequeno currículo do Capitão Henrique Galvão, assim como, a representação facial do Diretor Geral da 1ª ECP representada ao centro do brasão imperial com o nome e o símbolo de

cada uma das colônias ao em torno da imagem central⁽¹¹⁾. Além desta, uma página inteira com fotos dos governadores de cada uma das colônias⁽¹²⁾. A maior parte do periódico foi ocupada por reportagens específicas da exposição através de inúmeros textos relacionados as diferentes regiões coloniais, que na sua grande maioria, foram produzidos por jornalista e militares com conhecimento e influência política em cada um dos territórios ultramarinos⁽¹³⁾. Como está fácil de ver, tratava-se, no seio propagandístico, de costurar simbolicamente as fronteiras da lusitanidade – como tentativa de garantir sua «unidade» diante dos «perigos» de fratura e/ou perda territorial.

Se, por um lado, é legítimo afirmar que o boletim especial se constituiu enquanto um espaço mobilizador de defesa colonial implementada pelos agentes políticos do Estado Novo na 1ª ECP, por outro, é importante salientar que a revista não desdenhou o reconhecimento de alguns segmentos da iniciativa privada que colaboraram na organização do evento. Neste caso, para além dos principais ideólogos da exposição, o periódico também saudou o protagonismo do Movimento Pró-Colônias e o envolvimento de empresários que auxiliaram nos bastidores da 1ª

(11) *Boletim da Sociedade Lusó-Africana do Rio de Janeiro*. Número Especial Comemorativo da Exposição Colonial Portuguesa realizada no Porto – 1934. Caderno Panorama, 9, abr.-jun. 1934, 118.

(12) Maj. Dr. Raúl Manso Preto (Governador do Timor); Cel. José Ricardo Cabral (Governador Geral de Moçambique); Gen. João Caveiro Lopes (Governador do Estado da Índia); Cap. Amadeu de Figueiredo (Governador de Cabo Verde); Cap. Ricardo Vaz Monteiro (Governador de São Tomé); Maj. Luiz de Carvalho Viegas (Governador da Guiné); Cel. Eduardo Ferreira Viana (Governador Geral de Angola); Cel. Bernardo de Miranda (Governador de Macau) (p. 72).

(13) Ferreira, Cel. António Vicente. *Alguns aspectos da política indígena de Angola*. (p. 57-64); Almeida, Gen. João de. *Notas à margem sobre a descoberta do Brasil*. (p. 65-66); Martins, Gen. Luis Augusto Ferreira. *Mais fumo* (p. 67-72); Martins, Cel. Eduardo de Azambuja. *A instrução militar em Moçambique* (p. 73-74); Saldanha, Dr. Joaquim. *O sul de Moçambique entre o índio e os Libombos* (p. 75-79); Hespanha, Cap. Jaime Rebelo. *Colonização do Planalto de Benguela* (p. 80-82); Moura, Maj. Jacinto José do Nascimento. *General Henrique de Carvalho* (p. 83-86); Braga, Paulo (jornalista). *A cidade portuguesa de Lourenço Marques: A grande realização* (p. 89-93); Seixas, Manuel de (escritor e publicista). *A obra colonizadora dos portugueses* (p. 95); Teixeira, Luis (jornalista). *África*. (p. 111-112); Espírito Santo, Salustino Graça do. (Eng. Agrônomo). *O Aspecto agrícola de S. Tomé* (p. 113-116); Miranda, António Augusto de. *A Magistratura Judicial das Colónias Portuguesas*. (p. 116-117); Costa, Ten. Mário. *População europeia de Lourenço Marques: A tal descolonização...*(p. 123-126); Archer, D. Maria (escritora e publicista). *Singularidades de um país distante: Caçadas em Angola* (p. 127-132); Teixeira, Ten. Augusto César de Justino. *Timor* (p. 133-137); Lima, Rodrigo de Abreu (Antigo deputado) *Dois palpitanes temas coloniais* (p. 143-146).

ECP, em 1934. A este respeito, o periódico enaltecia os feitos da nação portuguesa na divulgação da «magnífica e oportuna lição do que fizemos e do que somos capazes de fazer em matéria de colonização e administração ultramarina», sendo imperioso recordar, nesse sentido, Henrique Galvão e João Mimoso Moreira, «cujo o espírito organizador e dinâmico todos reconhecem com o mais caloroso louvor e nós deste lado do Atlântico saudamos efusivamente» (Gonçalves 1934: 159).

O reconhecimento ao Movimento Pró-Colónias não foi o único braço articulado à divulgação, no Brasil, da Exposição Colonial do Porto. Junto a ele também foi divulgado o papel do Instituto Brasileiro de Alta Cultura⁽¹⁴⁾, destacando o ato inaugural desta política diplomática de aproximação cultural luso-brasileira. Em matéria destacada, foi coberta a solenidade realizada no dia 10 junho de 1934, no Gabinete Português de Leitura do Rio de Janeiro, e teria contado com a participação especial de Getúlio Vargas, presidente da República Brasileira, de importantes intelectuais portugueses, dentre os quais se destacava Mendes Correia, figura de proa da antropologia e da etnologia colonial portuguesa, bem como da ECP. Nas páginas do *Boletim*, tratava-se de «personalidade irradiante de professor e homem de letras, convidado especialmente para vir ao Brasil inaugurar com as suas magistrais lições os cursos do Instituto Luso-Brasileiro de Alta Cultura, – essa dominante aspiração dos portugueses do Brasil» (idem, ibidem).

O pan-lusitanismo ideológico editorial do *Boletim* era articulado em elogiosos textos de defesa das tradições portuguesas, exaltação do grande império colonial e, também, em artigos, entrevistas e reportagens que retratassem temas como a história, a língua, a cultura e a política em Portugal e nos domínios ultramarinos. Entre os letrados correspondentes destaca-se o papel desempenhado pelo General Norton de Matos⁽¹⁵⁾, patrono da sociedade, assim como, o jornalista Nuno Simões, sócio

(14) Veja-se, sobre o Instituto Brasileiro de Alta Cultura, a presença de Mendes Correia no Brasil e a relação entre Gilberto Freyre que também foi organizador, naquele mesmo ano, do 1º Congresso Afro-Brasileiro, no Recife (Skolaude, 2017).

(15) O militar Norton de Matos (1867-1955) durante o período republicano (1910-1926) teve papel de destaque em Angola, de modo que foi Governador Geral (1912-1915) e Alto-Comissário (1920-1925). Sobre a biografia de Norton de Matos, ver (Paulo & Silva 2001) e (Neto 2016).

honorário⁽¹⁶⁾. Cabe frisar, aqui, a importância de Norton de Matos como figura de monta – mas que, bem antes da publicação de «A Nação Una», de 1953 (Neto 2016), já tinha respaldo e suporte também na Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro. Cumpre assinalar, por conta disso, a posição política ambivalente assumida pela Sociedade Luso-Africana, em 1932, quando a entidade encaminhou um protesto em solidariedade quando do retorno de Norton de Matos a Portugal. Além desta iniciativa, em 1936 a sociedade passou a ser acusada por autoridades consulares de divulgação contrária ao salazarismo⁽¹⁷⁾, uma vez que por conta do envolvimento político com figuras ligadas ao republicanismo português, acabou por ter negada uma solicitação de ajuda para a realização da Semana do Ultramar no Rio de Janeiro (Paulo & Silva 2001: 322-323).

A perspectiva ambivalente assumida, não necessariamente representava uma contradição, uma vez que a grande maioria dos políticos e pensadores lusitanos da primeira metade do século XX, considerava o colonialismo como uma realidade portuguesa, ou seja, «na década de trinta e nas seguintes, uma boa parte da intelectualidade em Portugal, situada à esquerda do regime salazarista ou no seu interior, vai corroborar para a manutenção desta ideia» (Paulo & Silva 2001: 315).

Norton de Matos e Nuno Simões recebiam em Portugal todos os boletins publicados no Brasil. Além da revista, a Sociedade Luso-

(16) O economista Nuno Simões (1894-1976) ocupou diversos cargos públicos, entre eles foi Governador de Vila Real, Membro do Supremo Tribunal Administrativo, Deputado e Ministro do Comércio e das Comunicações em três governos da 1ª República (Ferreira 2005).

(17) O Brasil foi o destino preferencial da emigração portuguesa e o refúgio de muitos dissidentes dos diversos governos de Portugal. A partir do advento da ditadura em Portugal, o território brasileiro passa a receber os opositores ao regime, que são acolhidos pelos seus compatriotas e companheiros de ideais políticos, mas são olhados com desconfiança pelos membros conservadores da colônia. Entre os primeiros que escolhem o país como refúgio está João Sarmento Pimentel, que emigrou para o Brasil no início dos anos 30. Pimentel será uma referência para os outros exilados que passarão a maior parte de suas vidas em território brasileiro, como foi o caso de Jaime de Moraes, Jaime Cortesão e Alberto Moura Pinto. Esta oposição exilada no Brasil vai ser classificada como os «Budás». Na sua essência, comungam do ideal republicano, possuindo pontos fortes de contato com o socialismo, mas muitos dos que lhe são próximos possuem uma formação política diferenciada. A trajetória deste grupo de exilados é marcada pela busca de apoios de outros setores da oposição, ultrapassando as divergências políticas em prol de um objetivo comum: o combate ao salazarismo. Para tal, e colocando-se como representantes da oposição como um todo, procuram captar outros apoiadores, tanto na sociedade brasileira, como em outros grupos de exilados (Paulo 2006/7: 126-127).

Africana encaminhava junto alguns livros lançados na ex-colônia, como por exemplo a obra *Raízes do Brasil*, do historiador Sérgio Buarque de Holanda, e que foi enviada ao ex-governador de Angola. O pensamento de Norton de Matos não foge à regra geral do pensamento colonialista português, uma vez que buscava no passado mítico da colonização brasileira parcela de suas reflexões. Neste aspecto, o ideal colonialista de Norton de Matos seguia a perspectiva de Gilberto Freyre, ecoando a mesma compreensão acerca da experiência colonial dos portugueses no Brasil seria vista como um campo de análises para a construção de um império colonial indivisível na África⁽¹⁸⁾ (Paulo & Silva 2001: 311-312).

Nuno Simões era adepto confesso da política de desenvolvimento incentivada por Norton de Matos na África e, na esteira deste pensamento, foi o propagador do conceito de «Luso-Brasileirismo», isto é, um conjunto de ideias de aproximação cultural «fundamentada nos laços de sangue, de língua, tradições, história e amizade comum dos dois países, de modo que dentro de cada sociedade, brasileira e portuguesa, permaneça uma base de unanimidade, coordenação e motivação perante as relações econômicas, políticas, sociais e culturais» (Ferreira 2005: 12-13).

Estes políticos eram responsáveis pela divulgação da Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro, em Portugal, ao passo que também distribuíam alguns exemplares da revista entre associações, políticos e intelectuais lusitanos⁽¹⁹⁾. Nuno Simões escreveu muitos textos em Portugal legitimando o protagonismo militante articulado pela Sociedade Luso-Africana, muitos deles ecoando a ideia de Unidade e a importância de salvaguardá-la naquele contexto colonialista. Embora um pouco extensa, a citação a seguir – de matéria publicada no *Primeiro de Janeiro* em 29

(18) Se por um lado, Norton de Matos concordava com Gilberto Freyre sobre os importantes feitos da colonização portuguesa no Brasil, por outro, «no exercício do cargo de alto-comissário da República em Angola (1921-1924) colocou em prática a ideia de que a mestiçagem comprometia a obra colonizadora e civilizadora dos portugueses na África. Sendo assim, decretou medidas que entravavam o convívio interétnico e asseguravam o apartamento entre os negros e brancos» (Castelo 2004: 158-159).

(19) Em carta assinada pelo Sr. A. R. Almeida Santos e endereçada ao Diretor da Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro, o remetente parabenizou a entidade brasileira pelo *Boletim* especial relacionado a 1ª ECP. Para Santos, a revista «foi sem dúvida uma das mais belas e úteis publicações feitas com esse fim, [...] efusivas saudações à [...] propaganda e divulgação no Brasil da nossa acção civilizadora no Ultramar, obra que impõem ao apreço e ao reconhecimento de todos os portugueses». No documento, o autor afirmou que recebeu a revista do ilustre amigo e antigo parlamentar Dr. Nuno Simões. Sessão Depoimentos. *Boletim da Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro*, 10 e 11, 2ª série, ago. e dez. 1934, 234.

de junho de 1934 – é justificável na medida em que articula vários dos fenômenos que viemos acompanhando ao longo deste trabalho. Como se vê, a seguir:

Obreiros da Unidade Portuguesa

Vivem as pequenas nações continentais europeias que são grandes no mundo um momento difícil. Voltam-se para os domínios de Portugal atenções suspeitas e cobiças que já não sabem dissimular-se. Precisamos como nunca de fortalecer a consciência do nosso destino histórico e de demonstrar o sentido profundo e indestrutível da nossa unidade moral, política e econômica. A isso vem a Exposição Colonial. A isso visa a acção da Sociedade Luso-Africana que precisamos não esquecer que exerce a sua actividade admirável em um país de 42 milhões de habitantes que falam a nossa língua e que justamente reivindicam a sua hegemonia moral e política na América do Sul.

Bastaria que a Sociedade Luso-Africana procurasse dar aos 700.000 portugueses do Brasil, a noção da nossa obra colonizadora e consequência da nossa finalidade histórica, pondo-os em comunicação espiritual com os milhões de portugueses do nosso Ultramar, para que a sua acção bem merecesse ser apreciada, no momento em que justamente homenageamos os obreiros da nossa expansão ultramarina.

[...] Tem sido esse o alto e infatigável esforço da Sociedade Luso-Africana: contribuir para elucidar o Brasil, criando, não já milhões de brasileiros, a perfeita perpetuidade da nossa missão histórica de povo criador de nações e da nossa capacidade para a sua realização integral, através de todos os sacrifícios, pelo aproveitamento definitivo dos vastos territórios que constituem, ainda hoje, a nossa projeção nas três partes do mundo e pelo enaltecimento moral e social das raças que as povoam.

[...] [Essa acção] terá de ser obra de todos os portugueses do Brasil e de todos os portugueses de Portugal, até que nela venham a cooperar

também todos os brasileiros, aos quais fácil será adquirir e fortalecer a consciência do nosso destino e dos meios por que temos realizado, para o que lhes bastará debruçarem-se sobre as tradições comuns dos dois povos atlânticos, renovadas e vividas, ainda agora, pela emigração, nela continua a misturar-se e permanentemente circula.

[...] E esse testemunho não o fará o Brasil apenas servindo a fraternidade que nos une, quando pensar que no litoral do Atlântico Sul, fronteira à sua grandeza e prosperidade, fica uma das porções maiores, mais ricas, mais povoadas e mais portuguesas do nosso Ultramar e que não pode ser-lhe indiferente que nela vivam e se perpetuem povos da mesma origem comum, com a mesma missão civilizadora e pacífica e com o mesmo fraterno anseio de engrandecimento moral da raça e da humanidade (Simões 1940: 162-163).

Nuno Simões não poupou palavras na legitimação daquilo que considerava ser mais relevante, isto é, apoiar a iniciativa de caráter precursor proporcionado pela Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro enquanto entidade promotora da «missão histórica» colonialista portuguesa na África. Hermeneuticamente ancorado na matriz da «origem comum», esta compreensão acabou por funcionar como difusora de uma «unidade moral» lusitana, luso-descendente e luso-brasileira, corroborava na reafirmação do «destino histórico» de uma vocação colonizatória portuguesa. A menção à estética relacional do espírito fraternal entre Brasil e Portugal⁽²⁰⁾ não obnubilava a apelação àquela outra da «origem comum» e do «destino histórico» nas diferentes regiões de uma mesma tradição lusitana. Combinavam-se, relidas no século XX, enquanto militância colonialista, à qual Simões cerrava fileiras e apelava

(20) Conforme Paredes (2013) nas últimas três décadas do século XIX e nos primeiros anos do século XX, existiu uma intensa atividade intelectual de circulação e troca de informações, bem como um compartilhamento de projetos intelectuais e matrizes de mobilização da história e das relações luso-brasileiras nos dois lados do atlântico. Nesta escala de relacionamento, agiam redes discursivas que se articulavam, considera-se duas vertentes do entendimento sobre a relação Portugal-Brasil. Uma primeira que desemboca na alegoria da «comunidade de sangue» e uma segunda que elegia o padrão alegórico dos «povos irmãos» no âmbito do positivismo heterodoxo e como expressão da busca pela «fraternidade universal».

para o fortalecimento da Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro. Ia além, contudo: colocava o Brasil numa posição de protagonista nesta relação civilizadora, levando em conta a propagação da raça numa perspectiva transnacional das regiões de colonização portuguesa. Temos aqui, eco daquilo mesmo que atrás expusemos com auxílio de um excerto de Austregésilo de Athayde, qual seja, a transmissão – mas agora proposta também por um português – da ideia de que o Brasil também seria um responsável pelo futuro da unidade e da memória lusíada⁽²¹⁾.

Não surpreende, assim, que assistamos nas páginas do *Boletim*, notícia sobre a realização do 1º Congresso Afro-Brasileiro, realizado na cidade do Recife, no Nordeste brasileiro, no mesmo ano de 1934, organizado e idealizado por Gilberto Freyre. O presidente da Associação, Francisco das Dôres Gonçalves usou as páginas do *Boletim* (n. 10 e 11 de 1934) para expor um telegrama enviado e que louvava a iniciativa e os organizadores do encontro ocorrido no Recife. Assim como outros intelectuais que participaram do congresso no Recife, Freyre também publicou textos no boletim da Sociedade Luso-Africana⁽²²⁾. Nas páginas do *Boletim, Casa Grande & Senzala* foi objeto de uma resenha escrita em três páginas pelo padre português, Manuel Alves Correia, onde o missionário assim adjetivou a obra: «O livro de Gilberto Freyre é notabilíssimo. O público, tanta vez caprichoso, desta vez foi bem advertido e tomou conta da importância da obra: a primeira edição é de 1933; esgotou-se rapidamente; tenho presente a segunda, de 1936. Duas edições em tão curto prazo, neste genero de literatura, constituem felicidade rara» (Correia 1937: 72-74).

(21) Nuno Simões constituía-se num intelectual com forte penetração política entre os Diretores da Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro, ao passo que detinha posição destacada em todos os números pesquisados da revista. Além de interlocutor desta entidade em Portugal, Simões também representava um importante correspondente de intelectuais brasileiros.

(22) Gilberto Freyre publicou na revista o texto: «Sugestões para o Estudo da Arte Brasileira com a de Portugal e a das Colónias» (p. 7-8). Este artigo é uma síntese de um dos artigos publicado no livro: Conferências na Europa. Além deste, a revista publicou «Levantes de negros no Brasil» de Arthur Ramos (p.15-16); «O negro e a cultura no Brasil» de Renato Mendonça (p. 34-35). «O problema das raças» de Edison Carneiro (p. 37-38); «A superstição da côr preta» de Mário de Andrade (p. 49-50). Todos os artigos aqui citados encontram-se publicados na última edição da revista, qual seja: *Boletim da Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro*, 24, dez. 1938.

Não por acaso, as posições ideológicas do pan-lusitanismo articuladas pelos ideólogos e colaboradores desta sociedade iam ao encontro da perspectiva lusotropical que, naquele contexto, começava a ser desenvolvida por Gilberto Freyre. Além disso, a condição assumida por Nuno Simões de colocar o Brasil numa posição de protagonista nas relações transnacionais dos países de língua portuguesa também se encaixava perfeitamente ao projeto pessoal que Gilberto Freyre almejava alcançar, haja visto seu projeto de criar um instituto de pesquisas na África (Skolaude 2016) e que, diga-se de passagem, terá acolhimento, como se sabe, mais em Portugal que no Brasil.

O efeito multiescalar da fronteira e as agrimensuras da memória

O que atrás ficou exposto facultava-nos a tirar algumas conclusões que, ancoradas em material probatório colhido seja em 1889 seja em 1934, possibilita a pensar o jogo mnemónico transatlântico num processo de turbulência das fronteiras nacionais. Parece ter ficado patente que, em determinados contextos de mudança, a fronteira – como conceito – apresenta apetência de aglutinador de anseios, memórias e afirmações identitárias. Trata-se de uma disponibilidade nem sempre óbvia, qual seja, a de apelar à preservação de unidades escalares (de poderes e de culturas) a partir da mobilização da linha como metáfora demarcatória de centros constituintes (Martins 2008). Nesse processo, vem à tona um jogo múltiplo de escalas mnemónico-políticas que trabalham no sentido de fundamentação do discurso da defesa da fronteira, mobilizando para lá das diretrizes escalares da nação (e também da relação material em causa), discursos de projeção memorial em âmbito multiescalar. Por conseguinte, trata-se de perceber o jogo interescalar disponível nos debates em torno das (e pelas) fronteiras, entendidas, assim, como conceito móvel conversor de memórias em projetos – e de leituras projetivas em memórias de passados pretéritos (ou não necessariamente concretos). Nos contextos luso-brasileiros em tela neste texto – isto é, da proclamação da República no Brasil bulindo em balizas-mestras da projeção de memórias da obra portuguesa da história e o da Exposição Colonial do Porto conclamando também as responsabilidades para com o destino comum histórico –, observou-se também a transição da mobilização da figura do imigrante português: num primeiro momento

ameaçado pela naturalização e pela República no Brasil (lembre-se dos receios de uma putativa ruptura identitária) para um papel de garantidor e responsável pelo futuro da missão histórica colonial lusitana da África. Logo se vê, portanto, que a mobilização dos efeitos de fronteira dispersa-se em diferentes escalas identitárias e tempos históricos, retendo, neste processo, disponibilidades de ressignificação hermenêutica num processo onde a leitura do passado funciona como agrimensur de memórias e expectativas políticas várias.

Bibliografia

- Assunção, Marcello Felisberto Morais de (2017). *A sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro (1930-1939): uma vertente do colonialismo português em terras brasileiras*. Goiânia: UFG (Tese de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Goiás).
- Athayde, Austregésilo de (1936). «Vizinhaça Cartaginesa», *Boletim da Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro*, 16/17 (Jan. a Jun.).
- Berriel, José Carlos (2000). *Tietê, Tejo, Sena. A obra de Paulo Prado*. Campinas: Papirus.
- Boletim da sociedade luso-africana do Rio de Janeiro*, 10 e 11, 2ª série, ago. e dez. 1934.
- Boletim da sociedade luso-africana do Rio de Janeiro*. Número Especial Comemorativo da Exposição Colonial Portuguesa realizada no Porto – 1934. Caderno Panorama, 9, abr.-jun. 1934.
- Bueno, Aparecida de Fátima (2004) «Relações conflituosas: o Ultimatum inglês na Revista de Portugal». Trabalho apresentado no âmbito do VII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais, em Coimbra, nos dias 16,17 e 18 Set. 2004, acessado 2006.
- Calhoun, Craig (2007). *Nacionalismo*. Buenos Aires: Libros dels Zorzal.
- Castelo, Cláudia (2004). «Um segundo Brasil ou um terceiro Portugal: políticas de colonização branca da África portuguesa (c.1920-1971)», *Travessias*, nº 4/5, 55-180.
- Catroga, Fernando (2001). *Memória, história e historiografia*. Coimbra: Quarteto.
- Catroga, Fernando (2005). *Nação, mito e rito*. Fortaleza: NUDOC-UFC.
- Correia, Manuel Alves (1937). «Gilberto Freyre – Casa Grande e Senzala», *Boletim da Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro*, 22-23, 72-74.

- Ferreira, Arminda (2005). *O Luso-Brasileirismo na perspectiva de Nuno Simões*. Vila Nova de Famalicão: Quase Edições.
- Gonçalves, Francisco das Dôres (1934). «O Nosso Preto». *Boletim da Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro*. Número Especial Comemorativo da Exposição Colonial Portuguesa realizada no Porto – 1934. Caderno Panorama, 9, 55-56
- Gonçalves, Francisco das Dôres (1934). «Realizações», *Boletim da Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro*, 8 (Jan., Fev., Mar.).
- Leal, Carlos (1933). «Alerta!», *Boletim da Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro*, 5 (Abr., Maio, Jun.), 69-70.
- Martins, J. P. de Oliveira (1957). *Política e História*. Vol. II (1884-1893). Lisboa: Guimarães & Cia Editores.
- Martins, J. P. de Oliveira (1978). *O Brasil e as Colónias portuguesas. Política e História*. Vol. II (1884-1893). Lisboa: Guimarães & Cia Editores.
- Martins, Rui Cunha (2008). *O método da Fronteira. Radiografia de um dispositivo história*. Coimbra: Almedina.
- Neto, Sérgio (2016). *Do Minho ao Mandovi. Um estudo sobre o pensamento colonial de Norton de Matos*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Paredes, Marçal de Menezes (2013). *Configurações Luso-Brasileiras: Fronteiras Culturais, Demarcações da História e Escalas Identitárias (1870-1910)*. Saarbrücken, Novas Edições Académicas.
- Paulo, Heloísa (2006/7). «O exílio português no Brasil: os ‘Budaz’ e a oposição antisalazarista», *Portuguese Studies Review*, 14 (2), 125-142.
- Paulo, Heloísa & Silva, Armando Malheiros da. (2001). *Norton de Matos, o Brasil e as raízes do paraíso: a construção da colonial ideal e o ideal colonialista*, in Maria Bernardete Ramos, Élio Serpa e Heloísa Paulo (eds.) *O beijo através do Atlântico: o lugar do Brasil no Panlusitanismo*. Chapecó: Artgos, 357-422.
- Pereira, Miguel Baptista (1999). «Filosofia e memória nos caminhos do milénio», *Revista Filosófica de Coimbra*, 8, n.º 16.
- Prado, Eduardo/Frederico de S. (1889), «Os Acontecimentos do Brasil», *Revista de Portugal*, vol. I. Porto: Editores Luga & Genelux.
- Prado, Eduardo (1889). «Destinos Políticos do Brasil», *Revista de Portugal*, vol. I. Porto: Editores Luga & Genelux.
- Queirós, Eça/João Gomes (1889). «Notas do Mês». *Revista de Portugal*, vol. I. Porto: Editores Luga & Genelux.

- Ribeiro, António Sousa (2002). «A retórica dos limites. Notas sobre o conceito de fronteira», in Santos, Boaventura de Sousa (org.). *A globalização e as ciências sociais*. 2ª ed. São Paulo: Cortez.
- Simões, Nuno (1940). *Obreiros da Unidade Portuguesa*. *Jornal Primeiro de Janeiro*, 29/06/1934, capa, in Nuno Simões, *Portugueses no mundo: Esboço para um estudo e notas de uma campanha*. Grandes Oficinas Gráficas «Minerva»: Vila Nova de Famalicão, 162-163.
- Skolaude, Mateus Silva (2017), *Raça e Nação em Disputa: Instituto Luso-Brasileiro de Alta Cultura, 1ª Exposição Colonial Portuguesa e o 1º Congresso Afro-Brasileiro (1934-1937)*. Porto Alegre, Programa de Pós-Graduação em História da PUCRS (Tese de Doutoramento em História).

